



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE PERÍCIAS - DPER/INC/DITEC/PF

ANEXO I

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3845390/2017-DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº 08059.002461/2015-48

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1 Processo para aquisição de suportes de alumínio com fita adesiva dupla face condutora (STUBs) com o objetivo, dentre outros, de emprego nas análises utilizando microscópio eletrônico de varredura (MEV) para a detecção de resíduos provenientes de disparo de arma de fogo (GSR – de GunShot Residues) realizadas na Área de Perícias de Balística (APBAL/DPER/INC/DITEC/PF), conforme condições, quantidades e especificações definidas na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	STUB circular de alumínio com 12,7mm de diâmetro e 11mm de altura (sendo 8mm referentes ao pino de encaixe), recoberto por fita adesiva condutora de eletricidade; Os stubs devem vir embalados individualmente em embalagem hermética plástica ou de vidro transparente; as unidades devem ter alto grau de pureza, sem contaminações ambientais, especialmente no que tange à presença de chumbo, bário e antimônio	BR0441103	1000 (MIL UNIDADES)	R\$32,21 A UNIDADE R\$32.210,00 O LOTE DE 1000 UNIDADES

- 1.2 Os valores dos itens são inferiores à R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), dessa forma a licitação em regra é destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme prevê o art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, *ipsis litteris*:

Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE PERÍCIAS - DPER/INC/DITEC/PF

- 1.3 A busca por fornecedores no Brasil não resultou nenhuma microempresa. Consequentemente, o caso em questão alinha-se com a hipótese prevista no Art. 10, inc. I do Decreto nº 8.538/2015:

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 O exame de detecção de GSR deve ser realizado por microscopia eletrônica de varredura e por espectrometria de energia dispersiva de raios-X (EDS). O microscópio permite a visualização de partículas nanométricas e o EDS permite identificar a presença de chumbo (Pb), bário (Ba) e antimônio (Sb) numa única partícula. Uma partícula com características morfológicas típicas e composta de PbBa-Sb é que define um resíduo de disparo de arma de fogo.
- 2.2 O MEV necessita que a amostra a ser analisada seja colocada sobre um suporte eletricamente condutor e, por vezes, até mesmo a amostra recebe preparação para torná-la condutora antes de ser colocado no MEV. Tais requisitos devem ser observados porque do contrário a carga proveniente do canhão de elétrons seria acumulada na amostra e no suporte, eletrizando-os e desviando os elétrons do feixe, o que provoca alterações na imagem e no sinal que vai aos detectores.
- 2.3 O STUB oferece uma superfície plana onde os resíduos ficam colados, o que permite o uso de programas de busca automatizada de resíduos de tiro.
- 2.4 O MEV instalado na APBAL possui o software de busca automática que esquadrinha a superfície do STUB em mais de 400 pequenas áreas e faz a busca procurando prováveis partículas de disparo de arma de fogo. Esta forma de busca seria impossível de ser feita manualmente.
- 2.5 A Instrução Técnica 001/2010-GAB/DITEC, de 18/02/2010, dispõe sobre a padronização de procedimentos de coleta de resíduos de disparo de arma de fogo para análise no microscópio eletrônico de varredura (MEV). Esta IT determina que as coletas de GSR sejam feitas com STUBs.
- 2.6 Os STUBs serão utilizados para coleta de GSR nos suspeitos, para coleta de microvestígios e exames de tinta provenientes de caixas eletrônicos a serem analisados no microscópio eletrônico de varredura.
- 2.7 O Instituto Nacional de Criminalística (INC) vem desenvolvendo juntamente com a Universidade de Brasília (UnB) pesquisa sobre marcadores em munição de arma de fogo e parte das análises são realizadas no MEV utilizando-se STUBs.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

DIVISÃO DE PERÍCIAS - DPER/INC/DITEC/PF

3. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1 Determina a Lei de Licitações – Lei nº 8.666/93 – que as compras, sempre que razoável, deverão ser lavradas por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP (art. 15, II).
- 3.2 Conjugando a Lei nº 8.666/93 com o Decreto nº 7.892/2013, foi escolhida a opção de utilização do SRP pelos seguintes fatores:
- 3.2.1. Tendo em vista a natureza do objeto demandado, e que a quantidade demandada depende do número de laudos produzidos em 1(um) ano não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, conforme Art. 3º, IV do Decreto nº 7.892/2013;
- 3.2.2. Institutos de Criminalística ou Polícias Científicas dos Estados que possuam microscópios eletrônicos de varredura (MEV) podem fazer uso desses STUBs coletores para análise de resíduos de disparo de arma de fogo.

4. RELAÇÃO DEMANDA x QUANTIDADE:

- 4.1 Os STUBs serão utilizados para atendimento de solicitações de Laudo e também para desenvolvimento de pesquisa envolvendo resíduos de tiro e, também, microvestígios.
- 4.2 No ano de 2016, foram elaborados na APBAL 56 Laudos de exame de busca por resíduos de disparo de arma de fogo (GSR), conforme dados armazenados no Sistema de Criminalística. O gráfico abaixo apresenta os dados de produção de Laudos de GSR de 2011 a 2016. Para o ano de 2017, há uma demanda acumulada de 49 solicitações de exames de GSR por conta de parada para manutenção do MEV, segundo dados de 09/05/2017.



Fonte: Sistema de Criminalística DITEC/PF



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE PERÍCIAS - DPER/INC/DITEC/PF

- 4.3 A coleta de resíduos de tiro envolve as mãos dos indivíduos, primeiramente, e podem se estender às vestimentas e também aos anteparos suspeitos de terem sido atingidos por disparos de arma de fogo. O ideal é que sejam utilizados 5 STUBs por indivíduo, sendo 2 para cada uma das mãos e o outro em região não exposta aos resíduos de tiro, chamado “branco”.
- 4.4 Considerando a média de 7 STUBs para cada solicitação de Laudo, e considerando a demanda acumulada, estima-se que serão necessários para o ano de 2017 quase 800 STUBs, somente para atender à demanda por Laudos.
- 4.5 Os STUBs serão distribuídos às 52 unidades de criminalística descentralizadas e alguns Institutos de Criminalística dos Estados e do Distrito Federal que demandam esse tipo de exame frequentemente.
- 4.6 A aquisição de 1.000 (um mil) STUBs é bastante razoável para atender à demanda por Laudos e para pesquisa pelo período de um ano.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 5.1 A presente aquisição está enquadrada em bem comum, estando vinculada ao disposto no Art. 4º do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 6.1 Os STUBs poderão ser entregues parceladamente.
- 6.1.1. A quantidade solicitada não será inferior a 200 (duzentas) unidades;
- 6.2 O prazo de entrega dos bens é de 90 dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, no seguinte endereço: Área de Material/SELOG/DITEC/DPF, localizada no Instituto Nacional de Criminalística, no SAIS - Quadra 07 - Lote 23 - Setor Policial Sul – Brasília – DF, tel. (61) 2024.9356, no horário compreendido entre 09:00 e 11:30 ou 14:00 as 17:00 horas, em dias considerado útil.
- 6.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 3(três) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30(trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

DIVISÃO DE PERÍCIAS - DPER/INC/DITEC/PF

- 6.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 São obrigações da Contratante:

- 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 7.3 A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo;
- 8.1.2. o objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE PERÍCIAS - DPER/INC/DITEC/PF

- 8.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.4. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.5. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.6. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.7. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 11.1 A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços e critérios de sustentabilidade no fornecimento dos bens conforme contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

12. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 12.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 12.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE PERÍCIAS - DPER/INC/DITEC/PF

- 12.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 13.1.3. fraudar na execução do contrato;
 - 13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
 - 13.1.5. cometer fraude fiscal; 13.1.6. não mantiver a proposta.
- 13.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 13.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 13.2.2. multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 13.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 13.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 13.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE PERÍCIAS - DPER/INC/DITEC/PF

- 13.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 13.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 13.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 13.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 13.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 13.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília, 31 de agosto de 2017.

Aprovo este termo de referência para aquisição de 1000 STUBs.

JOSÉ JAIR WERMANN
Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico